
**EDUCAÇÃO MUSEAL E ACESSIBILIDADE:
O QUE APRENDEMOS COM A DEFICIÊNCIA?**

**MUSEUM EDUCATION AND ACCESSIBILITY
WHAT DO WE LEARN FROM DISABILITY?**

**EDUCACIÓN MUSEÍSTICA Y ACCESIBILIDAD
¿QUÉ APRENDEMOS DE LA DISCAPACIDAD?**

Camila Araújo Alves¹
Camila de Oliveira Andrade²

RESUMO

Resenha crítica da publicação “Educação Museal e Acessibilidade” organizado por Hilda Gomes, Bianca Reis e Ozias de Jesus Soares – profissionais do Museu da Vida da Fiocruz, com intuito de apresentar e relacionar conceitos do campo de pesquisa das acessibilidades como modelo social da deficiência, práticas anticapacitistas, Teoria Crip, entre outros, através da análise dos artigos presentes na publicação em questão.

PALAVRAS-CHAVE: Experiência. Deficiência. Acessibilidade. Educação Museal. Pandemia.

ABSTRACT

Critical review of “Museum Education and Accessibility” organized by Hilda Gomes, Bianca Reis and Ozias de Jesus Soares – professionals from the Museu da Vida, with the aim of presenting and relating concepts from the field of accessibility research as a social model of disability, anti-capacitation practices, Crip Theory, among others, through the analysis of the articles present in the publication in question.

KEYWORDS: Experience. Disability. Accessibility. Museum Education. Pandemic.

RESUMEN

Reseña crítica de la publicación “Educación museística y accesibilidad” organizada por Hilda Gomes, Bianca Reis y Ozias de Jesus Soares – profesionales del Museo de la Vida de la Fiocruz, con el objetivo de presentar y relacionar conceptos del campo de la investigación en accesibilidad como modelo social de discapacidad, Prácticas anticapacitantes, Crip Theory, entre otros, a través del análisis de los artículos presentes en la publicación en mención.

PALABRAS CLAVE: Experiencia. Deficiencia. Accesibilidad. Educación museística. Pandemia.

Submetido em: 03/11/2022 – **Aceito em:** 05/09/2022 – **Publicado em:** 23/09/2022

¹ Psicóloga Clínica especializada em Terapia Corporal Reichiana. É Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal Fluminense, onde atualmente cursa também o doutorado. No campo social atua como consultora em acessibilidade e é ativista pelos direitos das pessoas com deficiência. Como pesquisadora seus campos de interesse estão nos estudos da deficiência, gênero e animais

² Mestra em Estudos Contemporâneos das Artes/Estudos das Artes em Contextos Sociais (UFF); Especialista em Arte e Filosofia (PUC-Rio); Bacharela em Pintura/Artes Visuais (UFRJ). Desde 2012 desenvolve curadoria, pesquisa, ações educativas e projetos de arte, ciência, educação e acessibilidade em espaços culturais.

INTRODUÇÃO

A chamada para a escrita deste texto chega para nós como um convite para de um lado, celebrar a trajetória que a educação museal vem fazendo nos últimos anos no campo da acessibilidade e, por outro, como uma oportunidade de apontarmos caminhos que ainda precisam ser visitados para uma efetiva desconstrução de um mundo opressor e violento no que concerne às vidas das pessoas com deficiência no encontro com as instituições museais.

As palavras com as quais as leitoras e leitores deste texto se encontrarão foram escritas por duas mulheres brancas, sendo uma delas uma mulher cega, humana de um cão guia. Ambas ativistas pelos direitos das pessoas com deficiência, defendendo pautas principalmente na área da cultura, mais precisamente no encontro com museus e espaços culturais. Ambas têm experiências longas em setores educativos desses espaços, sendo uma delas hoje, gestora do setor educativo de um museu de ciências localizado na cidade do Rio de Janeiro.

No atual momento em que escrevemos se torna impossível desconsiderar que a pandemia colocou novos desafios para *todes* nós, tornando mais grave a falta de acesso e deixando ainda mais evidente as pautas acerca da inclusão e da acessibilidade, como nos aponta Moraes e Alves (2020, s/p) no trecho a seguir:

No momento da pandemia as pessoas com deficiência seguem na luta, com pautas acerca da inclusão, da acessibilidade, entre outras –que não são recentes. Tais pautas dizem respeito ao ativismo por uma justiça pela deficiência, expressão que Mia Mingus (2011, 2018) utiliza para sinalizar a centralidade da deficiência na promoção de um mundo acessível, mais justo. Propor uma comunidade mais justa é pautar a acessibilidade como tema central.

Segundo Mia Mingus (2017), a justiça da deficiência implica que “acesso” deveria ser uma responsabilidade coletiva ao invés de ser só designada a um ou dois indivíduos. É responsabilidade de todos nós pensar sobre acessibilidade e ajudar a criar espaços mais acessíveis e de comunidade.

Durante o momento de isolamento social, pessoas surdas e cegas, por exemplo, precisaram lidar com o aumento da inacessibilidade de conteúdos virtuais com a transposição de um mundo inacessível fisicamente, para um mundo inacessível virtualmente. E o que esperar de um mundo pós-isolamento social, diante do fato de que ainda teremos que conviver com a existência do novo coronavírus em nosso cotidiano? Apostar na criação de um “novo mundo”, de uma nova realidade ou de um “novo normal”, como muitos têm denominado, é reconhecer a existência de diversas formas de vida e diversos tipos de corpos. (ALVES; MELLO, 2020)

Nesse sentido, em sintonia com as reflexões de Bruno Latour no texto “Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise”, publicado em seu site no dia 29 de março de 2020, nos questionamos sobre que mundos queremos construir e quem levamos com a gente, a partir das escolhas que fazemos nesse momento e das relações que estabelecemos com humanos e

não humanos que compõem as vidas de todos nós. Se, mundo afora, as pessoas com deficiência lutam por acesso e por direitos há tantos anos, não é durante a pandemia que deixarão de fazê-lo. Aliás, o descanso da luta é um privilégio do qual nós, pessoas com deficiência, não temos como desfrutar.

A concepção neoliberal de corpo capaz e produtivo é capacitista ao marginalizar os corpos que não alcançam a produtividade esperada, como se fossem eles, por si sós, incapazes. É o cenário social, ordenado por tal concepção de corpo capaz, que marginaliza e exclui outros corpos. Precisamos aprender que tecer comunidades diversas e heterogêneas é a radical afirmação de que somos interdependentes: dependemos uns dos outros, das coisas, dos vírus, das bengalas, das tecnologias. O que nos constituem são vínculos de dependência. Fortalecer tais vínculos, cuidar dele é tecer um mundo comum, diverso e heterogêneo. (ALVES; MORAES, 2020, s/p)

O que aprendemos com as pessoas com deficiência nos força a implodir o normal, porque o normal é uma força que apaga nossos corpos deficientes, como se eles não existissem; o normal nos tira da cena, é uma tentativa de apagar nossas vidas e nossas histórias. É por isso que insistimos que não há novo normal e que propomos implodir essa expressão no nascedouro.

O caminho é o de aleijar o mundo. Marco Antônio Gavério (2015) nos convoca a um mundo aleijado (crip) fazendo uso da Teoria Crip, que retoma o termo pejorativo crip, diminutivo de cripple, traduzido como aleijado. Aleijar aqui como é proposto por Gavério (2020) se coloca no sentido de descolonizar, mutilar, contundir o pensamento hegemônico sobre deficiência, acesso e inclusão produzindo fissuras.

A publicação “Educação Museal e Acessibilidade” organizado por Hilda Gomes, Bianca Reis e Ozias de Jesus Soares – profissionais do Museu da Vida da Fiocruz, apresenta oito artigos com relevantes considerações a respeito dos processos de desenvolvimento e envolvimento da acessibilidade em museus e espaços culturais por diversos fatores: para além do próprio texto apresentar uma estrutura comunicacional acessível, os conteúdos trazem uma continuidade de perspectivas práticas para diversos públicos junto a um trabalho elaborado através do desenvolvimento de políticas internas, junto a pessoas com e sem deficiência.

Nela são apresentadas propostas e parceiros que trabalham ativamente para desestabilizar museus e espaços culturais, aleijando instituições e práticas cotidianas para a efetiva transformação deste mundo em um lugar mais justo e inclusivo. Iniciativas implementadas por profissionais do Museu da Vida, bem como os artigos produzidos pela Casa Fiat, Museu Histórico Nacional, dentre outros pesquisadores e instituições, relatam, em diversas instâncias, a relevância de lutar por políticas públicas, bem como estruturar internamente as instituições e suas equipes para democratização do acesso de pessoas com deficiência - seja enquanto visitantes ou como parte integrante das equipes que atendem os mais diversos públicos.

O texto do primeiro capítulo recebe e dá passagem para muitas importantes discussões que vocês leitores lerão ao longo desta revista. Já no capítulo 1 conhecemos a caminhada do Museu da Vida na implementação da acessibilidade cultural. Esse capítulo também ressalta a importância das políticas de acessibilidade no campo museal, destaca as atividades educativas e acessíveis e o protagonismo das pessoas com deficiência integrando equipes dos museus e ambientes culturais.

O artigo apresentado como segundo capítulo nos conta histórias do projeto "Acessibilidade com e para surdos em debates filosóficos através da exibição de filmes e palestras" do INES. O projeto apresenta questões de acesso recorrentes da comunidade surda e também nos traz uma proposta de roteiro educativo com base no conteúdo do projeto que aqui nos será apresentado.

O terceiro capítulo traz uma importante discussão sobre o contexto das políticas públicas culturais e a acessibilidade para as pessoas com deficiência no Brasil. Neste capítulo se discute a elaboração e a implementação de programas de acessibilidade na cultura e nos é apresentado um roteiro educativo desenvolvido nos museus pertencentes à Universidade Federal de Pelotas.

O "Bonde da história: Violências Históricas" é o que o Museu Histórico Nacional, de 2018, apresenta no capítulo 4. A proposta se dá por visitas mediadas acessíveis a diversos públicos, principalmente com deficiência visual. O texto ainda ressalta a importância da presença das pessoas com deficiência na equipe do museu, o que contribui para experiências verdadeiramente significativas.

No capítulo cinco, vocês leitores se encontrarão com um importante relato de acessibilidade em exposições de pintura. Quando chegarem aqui, vocês poderão conhecer histórias das peças de reproduções 3D que aprofundam de forma ampla o universo da acessibilidade para o atendimento de todos os públicos.

No encontro com o sexto capítulo, o Museu das Minas e do Metal apresenta os direcionamentos das curadorias do acervo, do projeto expográfico e também das ações educativas na exposição "Fósseis: do mar à conquista da terra" e compartilha as experiências dos educadores nesse processo junto aos visitantes.

Na discussão apresentada no sétimo capítulo, a experiência do Sistema de Museus do Estado do Pará frente às ações de acessibilidade e inclusão. Aqui é apresentado um trabalho que pontua marcos importantes sobre a criação e a gestão dos museus diante de uma política de acessibilidade no Brasil.

O Problema da Banda Infinita é o título da peça de teatro cujas ações de acessibilidade para a mesma são apresentadas no capítulo oito. A acessibilidade ocorreu por meio de audiodescrição, peças táteis, intérprete de libras e claro, consultoria de profissionais com deficiência.

CAMINHOS TRILHADOS, PERSPECTIVAS DE CONTINUIDADE

Há de se considerar que a execução de uma atividade, ação ou qualquer prática inclusiva ou fundamentalmente acessível, leva em consideração não só os públicos que poderão usufruir dessas propostas, mas também aqueles que desenvolvem e estruturam seus espaços para que esses públicos possam chegar. Logo no primeiro capítulo percebemos no relato de campo do Museu da Vida, a relevância de estruturar para o fazer, como evidenciam Gomes, Reis e Soares (2021, p. 17):

[...] nossa primeira decisão foi a criação de um grupo de trabalho (GT acessibilidade), reconhecendo que era necessária a existência de um espaço real e temporal de dedicação constante e planejada. Estes primeiros passos possibilitaram a abertura de uma nova frente de trabalho muito significativa para o MV. A participação nesse projeto representou uma riqueza de práticas pedagógicas e de comunicação, além disso, a interação com os bolsistas surdos oportunizou o estabelecimento de novas relações educativas, sociais e culturais.

As propostas acessíveis e inclusivas apresentadas em todos os capítulos da publicação evidenciam que considerar práticas anticapacitistas e cada vez mais embasadas tanto no que diz respeito à experiência com os públicos, no fazer COM e na estruturação institucional via concepção de Políticas Públicas, desenvolvimento do Plano Museológico, do Programa de Educação e do Programa de Acessibilidade para a implementação político-prática, são peças-chave para articulações mais conexas, democráticas e consistentes.

Para contextualizar tais propostas, é necessário antes evidenciar uma possível compreensão da deficiência que permeia as discussões a respeito de políticas e fazeres acessíveis nos espaços de uso coletivo. Na perspectiva de Wederson Rufino dos Santos (2015), a questão dos corpos com deficiência parte de duas diretrizes, sendo uma delas a partir do modelo social, compreendendo a questão da deficiência como uma expressão da diversidade humana; e a segunda, compreendendo o corpo com deficiência como manifestação da diversidade corporal, propondo ferramentas de organização social para motivar práticas que promovam justiça para esses corpos.

Alves (2016) reafirma que em ambas diretrizes as diferenças são expressões da diversidade humana. A proposição de Santos reconhece que as diferenças validadas como deficiência ou não são expressões da diversidade humana, seja através de uma concepção corporal medida por uma lesão biológica (isto é, um corpo reconhecido pelo viés médico), seja através de uma análise de um corpo oprimido por composições sociais, politicamente validado pelas ciências sociais (que o tomam como ineficiente ou incapacitado).

A discussão que Santos (2015) e Alves (2016) promovem é a forma como essas expressões identificam determinados comportamentos sociais e organizam processos de exclusão de corpos que, mesmo compondo a diversidade e expressão humanas de vida, são re-identificados, redefinidos, alheios à sua própria existência. E na composição dos discursos

majoritários, esses corpos sofrem e são marcados pela categoria de anormalidade causando repulsa, indiferença, reafirmando a dissociação de si mesmos.

Essas composições analíticas se estendem na medida em que a percepção do comportamento social não afeta apenas os corpos marcados pelas lesões ou anormalidades diagnosticadas pelo fluxo de discursos, mas também pela necessidade de afirmação dos corpos sem deficiência que se apoiam no apontamento da diferença para validarem sua existência na lógica da normalidade. Nesse processo, de acordo com Alves (2016, p. 44):

[...] as minorias são multidões cuja organização desestabiliza o consenso das maiorias e sua ordem política. Neste caso, minoria não representa apenas a expressão numérica daqueles grupos que não se enquadram no padrão estabelecido pelo senso comum da maioria, mas, intensivamente minorias são a respiração vital da maioria, ou seja, elas formam um “devir minoritário” que diz respeito a todos, até mesmo àqueles indivíduos que parecem encarnar o modelo de alguém para a maioria e constroem sua variação em torno do padrão vigente. Com efeito, minoria é uma “figura universal” que percorre, ou melhor, somente se deixa captar numa lógica cujas relações os conjuntos não podem dar conta, uma lógica onde se desliza em “multiplicidade de fuga ou fluxo” quando um grupo ou alguém “se torna todo mundo”, pois “o próprio da minoria é fazer valer a potência do inumerável, mesmo quando ela é composta de um único membro”.

O capacitismo, de maneira sucinta, é um conceito complexo e que marca socialmente determinados corpos como mais capazes do que outros. Assim como o racismo, conceito já mais difundido que diz respeito ao preconceito e marginalização dos corpos negros, o capacitismo produz a marginalização dos corpos com deficiência, corpos que não estão inseridos no que se concebe enquanto corponormatividade. Por isso, as lutas anticapacitistas evidenciam a noção de que o conceito de corponormatividade compulsória e estrutural, cria uma opressão para os corpos não inseridos nessa lógica.

Como Alves demonstra, a implementação de práticas acessíveis passa primeiro no reconhecimento das existências, observando a diversidade presente nela ao considerar o interesse pelo “devir minoritário” (ibid., p.45):

[...] nos interessamos por aqueles que escapam a uma padronização, que desestabilizam o consenso das maiorias e sua ordem política, mais intensivamente, pelos que são a respiração vital da maioria, pelos que fazem valer as transformações de uns nos outros, de uns, de outros e de si mesmos e transformações inclusive, dos museus e centros culturais. [...] Refiro-me aqui também aos grupos de pessoas cegas, surdas, autistas, com Síndrome de Down, travestis e transexuais, enfim, aos grupos que com suas histórias, nos fazem pensar. [...] ao mesmo tempo em que pensamos em ações que levem em conta as diferenças dos públicos que recebemos, apostamos também nas narrativas minoritárias, nas narrativas contra hegemônicas como ferramentas de criação de novos e outros modos de ocuparmos o espaço [...].

É evidente no relato apresentado no capítulo 4 por Oliveira, Santos e Farias (2021) o processo de mudança nas relações internas e propositivas ao considerar a potência do “fazerCOM” na contratação, em 2016, de uma pessoa cega para integrar a equipe educativa. Os autores relatam haver melhora nas “atitudes da equipe do MHN em relação às pessoas com deficiência” (ibid., p. 48), bem como a relevância da participação do Leonardo Oliveira, educador e um dos autores do texto, no desenvolvimento das ações educativas.

Outro ponto relevante para conceber práticas acessíveis, é pensar a deficiência de uma maneira muito mais amplificada do que restrita a uma pessoa que poderia supostamente representar todas as outras que compartilham dessa mesma deficiência. Esse entendimento da deficiência é muito mais amplo do que necessariamente perceber um corpo específico; se trata de percebermos a diversidade dos corpos e das suas subjetividades.

E nesse sentido, a equipe do Museu Histórico Nacional também evidencia uma prática dialógica importante ao considerar o processo de partilha de práticas com as instituições a serem atendidas tanto anterior ao dia da visita como na atenção durante o percurso, o que viabiliza outras reverberações possíveis e mais conectadas às necessidades expressivas desses grupos. Como apontam Oliveira, Santos e Farias (2021, p. 51):

Na visita do grupo da AFAC ao MHN, a equipe realizou uma alteração na dinâmica da proposta inicial. Caso não tivéssemos percebido a necessidade de mudança, de acordo com as demandas apresentadas pelas pessoas com baixa visão, as experiências do grupo poderiam ter sido negativas. Estar atento às reações dos visitantes, estabelecer uma escuta ativa e estar aberto ao diálogo são pontos que contribuem para que as pessoas se sintam acolhidas, o que pode contribuir para que considerem que tenham tido uma boa experiência no museu. Outros fatores que podem contribuir são: a presença de pessoas com deficiência na equipe do museu e o estabelecimento de contatos anteriores à visita ao museu para desenvolver propostas em conjunto, já que marcam o fazerCOM e não PARA as pessoas com deficiência.

Sendo assim, o acesso de pessoas com deficiência aos espaços diz respeito a uma presença política na qual é evidenciada a diversidade na relação estabelecida entre a presença da deficiência, o espaço e o conteúdo, e entre aqueles que compartilham esse espaço e esse conteúdo. Ou seja, a produção de acessibilidade não significa apenas dar ao outro acesso a uma plataforma previamente inacessível mas, passa também por educar aqueles que não necessitam de tais ferramentas, a respeito da diversidade humana. Uma plataforma inacessível é uma plataforma que nega essa diversidade, que não comporta e que desconsidera essa diversidade.

Para além de recursos que consideram a acessibilidade arquitetônica, os relatos apresentados na publicação “Educação Museal e Acessibilidade” nos evidenciam, em diferentes instâncias, a possibilidade diversa de implementação prática que devem ser consideradas para viabilizar *acessibilidades* cada vez mais integradas. Alguns dos exemplos notáveis dessa prática é apresentado pela experiência do Programa Educativo da Casa Fiat de Cultura e também do Museu de Minas e do Metal Gerdau de Minas de Gerais, em que são

consideradas práticas multissensoriais, bem como outros materiais auxiliares, todos de alguma forma, dialógicos à prática de mediação.

Nesse sentido, apostar na acessibilidade atitudinal não como substituição de recursos programáticos, comunicacionais, sensoriais, entre outros, mas igualmente relevante para promover a interação e autonomia das pessoas em suas diversas formas de estar no mundo, sugere, justamente, reconhecer que acessibilidades e o processo de inclusão não se tratam apenas de um recurso físico, como a instalação de rampas ou elevadores, mas de estruturas que abrangem dimensões cognitivas, intelectuais, estéticas e sensoriais. Esses recursos outros podem ser compreendidos através dos conceitos de acessibilidade comunicacional, atitudinal, estética e sensorial.

A concepção de uma política de Acessibilidade engloba não só os acessos básicos através de recursos arquitetônicos ou recursos estritamente comunicacionais como a produção de vídeo-Libras e áudio-descrição, mas também, através de mediação e atenção às subjetividades humanas, requer um contato que considera as múltiplas existências ao proporcionar o direito ao acesso de todos, em diferentes instâncias.

Por fim, tais estratégias, quando elaboradas previamente e com responsabilidade social, tendem a fortalecer a autonomia de pessoas com deficiência nos espaços físicos e virtuais. Por isso, para que sejam efetivas as propostas é necessário o acompanhamento das lutas e discussões a respeito da permanência de direitos conquistados e legislações que visam garantir esses acessos. Não obstante, tratando-se de diversidade e subjetividade, é necessário compreender que há um contínuo desenvolvimento de práticas que reiteram a importância de oferecer outras possibilidades de acesso às pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

ALVES, Camila. **E se experimentássemos mais? Um manual não técnico de acessibilidade em espaços culturais.** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2016.

ALVES, Camila; MELLO, Anahí. **Deficiência e isolamento social: comunicar-se com mascarados e tocar em pessoas e coisas em tempos de pandemia da covid-19** In: Histórias da queerentena. 1 ed. Cuenca, Ecuador: Editorial Centro de Estudio Sociales de América Latina CES-AL, 2020, v.1, p. 60-66.

ALVES, Camila; MORAES, Márcia. **O que a universidade aprende e ensina com as pessoas com deficiência durante a pandemia,** 2020. Documento eletrônico. Disponível em:

https://issuu.com/sbsadvogados/docs/livro_dialogos_sobre_acessibilidade_inclusao_e_dis/s/10767186. Acesso: fevereiro de 2022.

ANDRADE, Camila. **Como começa um museu? Um estudo sobre os reflexos da interação entre museu e público**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Estudos Contemporâneos das Artes, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2020.

GOMES, Hilda; REIS, Bianca; SOARES, Ozias (org.). **Educação museal e acessibilidade** [recurso eletrônico] - Rio de Janeiro: Fiocruz - COC, 2021. Disponível em: <http://www.museudavida.fiocruz.br/ebook/educacao-museal-e-acessibilidade.pdf>. Acesso: fevereiro de 2022.

MINGUS Mia. **Disability Justice is Simply Another Term for Love**, 2018. Documento eletrônico. Disponível em: <https://leavingevidence.wordpress.com/2018/11/03/disability-justice-is-simply-another-term-for-love/>. Acesso: fevereiro de 2022.

MINGUS, Mia. **Changing the Framework: Disability Justice**, 2011. Documento eletrônico. Disponível em: <https://leavingevidence.wordpress.com/2011/02/12/changing-the-framework-disability-justice/> Acesso: fevereiro de 2022.

MORAES, Marcia. **PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual**. In: Marcia Moraes & Virgínia Kastrup. (Orgs.), Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual. Rio de Janeiro, RJ: Nau, 2010.

SANTOS, Wederson. **Modelo social, interdisciplinaridade e intersetorialidade: desafios às políticas sociais para a deficiência no Brasil**. Observatório Internacional de Capacidades Humanas, v. 1, p. 261-280, 2015.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição Não Comercial-Compartilha Igual (CC BY-NC- 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.